

ORTOGRAFIA E AS ORTOGRAFIAS DO PORTUGUÊS

José G. Herculano de Carvalho
Universidade de Coimbra

1

Desde o século de quinhentos até ao início do presente, agora findoiro, século, a *ortografia* – termo que rigorosamente equivale a "grafia correta" e a que, em sentido também rigoroso, se opõe o termo *cacografia* "grafia incorreta ou errada" – andou entregue ao parecer, mais ou menos autorizado, dos "ortógrafos". Cada um deles propôs o modelo gráfico que se lhe afigurava o melhor, embora todos balançassem entre não mais de dois critérios que lícita, ainda que simplistamente, podemos denominar de *etimológico* e *fônico*. Nenhum desses modelos (senão, na segunda metade do século 19, com Barboza leão, aderente, com "quase" perfeita coerência, do critério "fônico" a que chamou *sônico*) foi porém somente uma ou outra coisa e nenhum também chegou jamais a impor-se à universalidade dos que escreviam em língua portuguesa.

"*Enfin Malherbe vint!*" Isto é, traduzindo Boileau à lusitana língua e o sentido do seu hemistíquio à realidade de que nos ocupamos: "chegou enfim a Portugal o regime republicano" e, com ele, o Ministro do Interior (por que *esse?*) que, em nome da Liberdade, autocraticamente decidiu pôr cobro à barafunda gráfica que "reinava" (como "reinar" em terra republicana?!) nas hostes do Povo, em que cada um dos cidadãos escrevia segundo bem lhe parecia, isto é, segundo as suas convicções pessoais ou apenas segundo hábitos adquiridos com o mestre-escola e com as leituras. Para isso, nomeou o ministro, Antônio José de Almeida, uma comissão de filólogos os quais, baseando-se em parte na norma gráfica prescrita pelo foneticista Gonçalves Viana e pelo sanscritista Vasconcelos Abreu, em parte na que vigorava já para a língua dos vizinhos castelhanos¹, formulou as regras que, promulgadas por simples portaria, passaram com o desastrado apelido de *Reforma Ortográfica*, a constituir a primeira Ortografia oficial de Portugal.

A este ato, patrioticamente concebido mas em que o Brasil tinha ficado incompreensivelmente esquecido (sem que porém a indesculpável "gaffe" causasse ressentimento, como o mostra a atitude apreatória das mais eminentes figuras de sua cultura), sucedeu em breve a era dos Acordos

Portugal – Brasil, tendentes a corrigir o lamentável esquecimento inicial e a pôr fim ao escândalo único de *uma* língua se escrever em (orto-)grafias diversas, segundo a nacionalidade de quem a escrevia e ... escreve.

Mas, quer no ato da *Reforma* quer na contradança dos Acordos, tanto os filólogos-(orto)grafistas quanto os governantes têm esquecido três pontos teóricos fundamentais. O primeiro é o de que qualquer "sistema" gráfico outra coisa não é senão uma forma *meramente* convencional (como o foi mesmo para os semitas inventores do alfabeto) de representação, para a vista, dos sinais instrumentais, que na língua viva são, por natureza, dirigidos ao ouvido, de tal sorte que a relação entre sinal escrito e sinal sonoro não é (necessariamente) unívoca. O segundo é o de que, numa língua com longa tradição escrita, existem certos "costumes" gráficos, recebidos do passado, que os seus usuários não consentem ou dificilmente consentem *ver* trocados por representações diferentes de aquelas que a tradição consagrou: alguém poderia fazer vingar hoje, na comunidade lusófona, a substituição de *casa* por *kaza* ou de *mouro* por *moro* ou *môro* em nome dos argumentos, objetivamente certos, de que a letra *c* "não devia" convenientemente representar "sons" tão diversos como os que tem em *casa* e em *certo*, e de que o dígrafo *ou* na língua-padrão atual não representa mais um ditongo? O terceiro é o de que a "ortografia" (seria mais exato dizer a "grafia"), irregular e caprichosa como era a do português até à primeira década deste século, *não se reforma, fixa-se*. Quer dizer, quando o legislador de 1911, apoiado na proposta da Comissão, determinou que se escrevesse *sapato* e não *çapato*, enunciando a regra de que o *c* com cedilha nunca se usasse em inicial de palavra (por quê?), nada mais fez do que *fixar*, como única correta, uma de duas alternativas que antes se ofereciam facultativamente à escolha de quem escrevesse.

Postos estes pontos, e em particular o terceiro, um outro, de ordem pragmática, surge, sob a forma de pergunta: a quem cabe o papel de "fixar" a ortografia? Se examinarmos os casos das principais línguas de cultura da Europa de hoje, que são usadas por falantes de várias nações, verificamos que, para todas elas, a fixação se realizou, por assim dizer *naturalmente*, por um consenso tácito, fundado, acima de tudo, na imitação do *modelo tradicional*, i.é, o do uso dos considerados "bons escritores". Para o francês (e, embora de modo diferente, para o castelhano) esse uso foi reforçado pela sua consagração, desde 1694 no dicionário da Academia Francesa que, prestigiosa aos olhos da gente de cultura, a esse dicionário conferiu o seu prestígio. Mas para o inglês (e para o alemão) o caso afigura-se bem diferente, dado não existir para essa língua qualquer academia ou instituição análoga que conferisse prestígio a um modelo de escrita em desfavor de outro ou outros. Note-se aliás ainda que, entre uma e outra dessas duas línguas, há de comum duas características fundamentais: o seu conservantismo e,

como conseqüência deste, o seu profundo desacordo com a "pronúncia" que se observa, p. ex., no Fr. *oiseau* e no Ingl. *through*.

Que, para a nossa língua, a fixação ortográfica se tenha e, pelo que estamos observando, continue tendo de se realizar por meio de leis promulgadas pelos governos é, não digo de lamentar, mas digo ou diria sim, que é de estranhar. Se não, compare-se com outro caso: o atual alfabeto cirílico do russo, com insignificantes diferenças, deve-se à vontade reformadora (sic) do tsar Pedro o Grande, mas ele (1º) não foi imposto por decreto, (2º) resultou da necessidade cultural de "criar" uma língua escrita e literária *verdadeiramente russa* (até então idioma que exercia, em parte, esse papel era ainda o "eslavo eclesiástico", russificado mas não russo), e (3º) triunfou exatamente por essa razão e *não menos* por encontrar, a apoiar esse triunfo da vontade imperial, desde o início, o grande prestígio intelectual do sábio Lomonosof (que, além de outros títulos, teve o de ser o autor da primeira gramática russa) e, logo em seguida, o não menor prestígio de Pushkin que, em verso e em prosa, foi o primeiro grande autor da literatura russa, na qual continua sendo dos maiores.

2

Mas passemos aos eventos da última década relativos à unificação ortográfica da língua comum, que já não o é somente do Brasil e de Portugal, mas dos sete países que se encontram na fase decisiva da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que, por sua expressa vontade, interessa também aos nossos irmãos da Galiza.

A proposta, formulada por uma comissão designada pela Academia das Ciências de Lisboa, foi discutida no Rio de Janeiro com a Academia Brasileira de Letras, na presença de delegados de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe e ainda na de Observadores Galegos. A imprensa brasileira *mas também a portuguesa*, acompanharam com interesse e simpatia, os trabalhos da Comissão Mista, mas, como é por demais sabido, em breve, de este lado do Atlântico, a simpatia "sumiu" e a proposta de Acordo tornou-se alvo de uma viva, violenta, quase diria, histórica campanha contrária, movida muito mais pela paixão do que pela fria razão.

Perante a violência – e não as "razões"! – dessa descontrolada reação, foi decidido, por uma cedência talvez necessária, talvez não, que se elaborasse nova proposta, tendo, mais uma vez, a Academia das Ciências de Lisboa designado para esse efeito uma comissão de que eu, já então seu sócio correspondente, fiz parte. Nessa qualidade, participei nas reuniões em que, aos poucos, se foram formulando "novas" normas de grafia – que, ressaltando pequenos pormenores, não *diferiam das que, antes como hoje*, têm

estado em vigor. A minha presença nessas reuniões não implica que ao trabalho nelas realizado eu tenha dado uma contribuição muito positiva. Tendo antes publica e *convictamente* defendido a proposta de 1986 e ainda por outras razões aqui não relevantes, colaborei sem interesse nessa tarefa, a que não me podia eximir – tanto mais que não soube antecipadamente que ia trabalhar com uma comissão pronta a todas as cedências –, limitando as minhas intervenções a contribuir para a mera formulação de algumas normas.

Apesar disso e apesar de a minha colaboração não se ter estendido até ao final dos trabalhos, sinto-me, pelo menos perante a Academia, moralmente responsável pelos seus resultados.

Mas a verdade é que não fora abalada a minha concordância com a primeira proposta – que não se estendia às normas relativas ao "uso" do hífen – tanto mais que ela tinha por base aquela que, correspondendo, essa sim, às minhas convicções, fora apresentada e aprovadas no Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra de 30 de abril a 6 de maio de 1967. Pretendendo que a breve "Proposta de Unificação e Simplificação da Ortografia" assentasse no mais largo consenso possível, comecei por a submeter ao parecer de 13 filólogos participantes do Simpósio – 6 brasileiros e 7 portugueses –, os quais, com uma só exceção, a subscreveram sem hesitar e sem pedir argumentos justificativos. Foram eles: Antenor Nascentes, J. Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Aryon Dall’Igna Rodrigues, Adriano da Gama Kury, Victorino Nemesio, J. do Prado Coelho, L. F. Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior, Alvaro J. da Costa Pimpão [Vencido no ponto nº 1 – supressão, em Portugal, das "consoantes mudas"?], M. de Paiva Boléo, A. da Costa Ramalho. Apresentados seguidamente à votação do plenário do Simpósio, foram os cinco pontos, que constituíam a proposta, aprovados por maioria.²

3

De todos os modos, a segunda proposta académica, embora apresentada publicamente, em outubro de 1990, em sessão solene a que não faltaram delegações dos Países Africanos de expressão portuguesa, e oficialmente consagrada, dois meses depois, como *mais um acordo* assinado pelos Governos do Brasil e de Portugal, não conseguiu até hoje converter-se num verdadeiro *acordo*. O que significa que o projeto de ortografia comum continua assim a não ser praticado, a não ser pois mais que um "papel" sem qualquer valor.

Em tais circunstâncias, em que não há acordo mas total *desacordo*, não me parece inoportuno voltar a terçar armas pela que foi minha dama, a

Proposta Ortográfica de 1986, para o que começo por destacar que os dois únicos argumentos "de peso" que, envoltos no fragor da tempestade, contra ela foram invocados, careciam realmente de qualquer peso e, conseqüentemente, de relevância.

O primeiro argumento, que não tem em conta senão a variedade lusa – um "senão" muito grave! –, refere-se ao problema (eu diria, o probleminha) das chamadas "consoantes mudas", que, segundo se pensa (e diz) em Portugal, se devem conservar porque lhes cabe uma "importante" função prosódica: a de indicar a pronúncia aberta da vogal átona anterior. Assim, a manutenção da letra *p* em *adoptar*, *adopção* da letra *c* em *afectar*, *afecção* evita que o leitor (ignorante) pronuncie essas palavras com *u* (*adutar*; *adução*) ou com o "e surdo" próprio de *alfabetizar*, *alfabetação*.

Ora o valor do argumento é nulo e assenta num princípio falso: o de que a conservação das consoantes mudas é condição "sine qua non" da pronúncia correta de tais palavras, *quando os fatos provam que assim não é*. Com efeito, por que razão se pronunciam com *a*, *e* e *o* abertos palavras como *caveira*, *vádio*, *invadir*; *invásão*, *gânhar*; *pègada*, *prèga*, *mèzinha*, *esquècer*, *gèração*, *còrar*? por que *corrètor* (da Bolsa), *prestàção*, *ilàção*, *dilàção*? e por que será que os alfacinhas dizem *nàrciso* e *Màtosinhos*? Não é evidentemente por a Ortografia oficial portuguesa "manter" a consoante muda em *retaguarda* que se pronuncia *rètaguarda* mas é, ao contrário, por a palavra se pronunciar com *è*, que com tanta freqüência ela aparece erradamente escrita como *rectaguarda*! Por outro lado, de que serve grafar *caracterizar*, *característico* etc. se o *a* da segunda sílaba nunca se pronuncia aberto – *caràterístico* –?

O segundo argumento, não menos irrelevante do que o primeiro, é o que se opõe à supressão do diacrítico equivocadamente chamado "acento" (agudo e circunflexo) na "vogal tônica" das palavras ditas *esdrúxulas* ou *proparoxítonas* (ou no pretérito *cantámos* para o distinguir do presente *cantamos*, quando tal distinção se não dá no Norte de Portugal), relativamente as quais se pretende que a ausência deste constituiria grave obstáculo para a sua leitura correta – *obstáculo* e não *obstaculo*.

Para entendermos essa irrelevância basta considerarmos dois contra-argumentos:

O primeiro é o de que até à "Reforma" de 1911 esse *auxiliar imprescindível* de leitura não se usava em português e ... ninguém lhe sentia a falta.

O segundo é o de que, desde sempre e até hoje, se passa com o Italiano, no qual, possuindo essa língua um número de proparoxítonos consideravelmente mais elevado que o Português, não se usa tal *acento* e nin-

guém lhe sente a falta. Só que, para prevenir uma eventual dúvida (não apenas a esse respeito mas relativamente a outros pontos da ortofonia), os lexicógrafos assinalam a letra correspondente – a "vogal" da sílaba, a "consoante" z – com um sinal convencional que indica que a primeira é aberta ou fechada, sobre ela incidindo o acento tônico da palavra, e que a segunda representa ou [ts] ou [dz]. Tão simples como isso!

"Mas – poder-se-á opor – os "nossos" leitores não estão habituados a usar dicionários". Pois, *com ou sem "acentos" gráficos, é indispensável incutir-lhes esse hábito*, sem o qual continuarão a ignorar, como de fato ignoram, o que significam as palavras!!

A esses contra-argumentos, acrescento ainda um terceiro: o de que *tal* diacrítico com *tal* função é totalmente desconhecido de todas as restantes línguas européias, como o russo, o romeno, o inglês *et sic cum aliis*. Em inglês, que possui tantos pares de homógrafos, constituídos por um nome e um verbo, que fonicamente se distinguem só pelo lugar do acento – *cómment n. / (to) commént v.* (mas *consént* quer como nome quer como verbo!)–, a falta de diacrítico não faz a mínima falta!

4

Ao aproximar-me do fim do meu arrazoado, creio ainda sumamente necessário chamar a atenção dos leitores para mais dois pontos de singular importância:

1º] Entre os princípios teóricos fundamentais a que deve obedecer uma "reforma" ortográfica da natureza e do alcance da que contemplamos, penso que, numa perspectiva sobretudo pragmática, tal "formulação de normas de grafia", embora oficial, deve ter caráter mais normativo do que compulsivo. Quero dizer na minha: creio que na sua grande maioria, se não na totalidade, a opinião pública dos lusófonos concorda que foi acertada a abolição do trema e dos acentos distintivos de pares de homógrafos como "(o) acêrto" / "(eu) acerto". Todavia, na minha opinião, o que foi – ou seria – realmente acertado não foi a abolição dos diacríticos mas a abolição *do caráter obrigatório do seu uso*, obrigatoriedade que penalizava impiedosamente com a classificação de "erro" qualquer infração à norma! Ora o caráter normativo a que me refiro, como preferível à compulsividade, residiria em "permitir" que os diacríticos, "oficialmente" abolidos, fossem criteriosamente usados *em função da necessidade ...* de evitar um erro fatal de prosódia.

Para ser bem claro, vou dar um exemplo concreto. Penso que não é novidade para ninguém, de certa cultura e de espírito observador, que o verbo "regularmente" escrito *arguir* e os seus derivados *arguente*, *arguição*

são "pronunciados", na maioria das vezes, como se o *u* ... não existisse. Ora, para que tal não suceda e para ensinar os ignorantes (uma obra de misericórdia que não só ao ME [?!] cabe praticar), entendo que seria de grande conveniência que as "leis" da Ortografia Oficial permitissem a oportuna restituição do trema nesses vocábulos: *argüir* – *argüente* – *argüição*. Casos análogos são o de *seqüestro*, *seqüestrar* e o do adjetivo *eqüestre* ("estátua *equestre*"), palavras que, na falta do trema, (quase) todo o mundo erradamente pronuncia como se se grafassem *sequestro*, *equestre*.

2º] Com uma tal "reforma", são duas as *principalíssimas* finalidades que se procuram alcançar, apesar de serem bem poucos aqueles que delas têm consciência. Uma é a *razoável unificação gráfica* que corresponda e respeite – citarei agora um grande conhecedor e amigo da cultura Luso-Brasileira, Paul Teyssier – "a unidade fundamental da língua Portuguesa", conhecida a qual *devemos* "deduzir que a salvaguarda desta unidade é um imperativo maior para todos os povos interessados!",³ ainda que para tanto tenhamos que sacrificar hábitos e ... preconceitos, entre estes os de certos portugueses partidários de um sedição e suspeito nacionalismo ortográfico, que chegam ao ponto – inacreditável! – de identificar a "nossa" ortografia com a "nossa" identidade nacional! Bem fraca idéia fazem desta os que temem vê-la ameaçada pelo fato de se passarem a escrever *acto*, *adoptar* etc. sem a consoante muda! A esses há a opor que, acentuando-se vertiginosamente o processo da internacionalização e sendo o Brasil o país que conta, de muito longe, a maioria de lusófonos, é a ortografia que aí vigora, e não a de Portugal, a que sistematicamente é escolhida na redação dos documentos que, em língua portuguesa, emanam das variadas comissões internacionais de índole política, econômica, etc.

A segunda razão liga-se com o fato de que a "reforma" em vista implica uma notável *simplicificação da escrita*. Ora é por demais sabida a altíssima percentagem de analfabetos que caracteriza a composição demográfica quer de Portugal quer do Brasil, e ninguém duvida da necessidade de corrigir *o mais urgentemente possível* essa lamentável, vergonhosa falta, que constitui um dos mais importantes fatores do nosso atraso em todos os campos. E quem pode duvidar de que uma ortografia simples contribui poderosamente para a correção dessa falta?

Mas há mais. Dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é necessário ensinar o português a muitos milhões de aloglotas, o que complica em alto grau a tarefa da sua alfabetização, enquanto, por outro lado, a *simplicidade da escrita* ajuda a descomplicá-la.

5

Antes de terminar, não posso deixar de prestar aqui publica homenagem a três notáveis mestres da língua, do Brasil e de Portugal – dois dos quais já desaparecidos do nosso convívio–, que intimamente aderiam aos princípios que defendo. Refiro-me, em primeiro lugar, a meu amigo Antenor Nascentes, que profeticamente antecipou a norma de 86, omitindo os ditos "acentos" no artigo "Aportuguesamento de alguns nomes próprios gregos", publicado em 1955 na *Revista de História* de São Paulo; depois a Lindley Cintra, outro bom amigo, que, há quase dez anos, pela Academia das Ciências de Lisboa, foi o primeiro responsável pela proposta de acordo submetida, no Rio de Janeiro, à Academia Brasileira de Letras; e por fim a Antônio Houaiss, o distinto filólogo, felizmente ainda vivo, que, como membro da Academia Brasileira de Letras, por esta designado para apreciar e, com a Comissão acadêmica portuguesa, negociar a proposta de 1986, a aceitou aprovadoramente.

Lembre-se ainda que, como acima salientei, quer Nascentes quer Cintra, participantes do Simpósio de Coimbra, se encontravam entre os 14 subcrevantes da "Proposta para a Unificação da Ortografia Portuguesa".

NOTAS

- 1- Na escola primária (entre 1931 e 1934) ainda aprendi a preceder as frases interrogativa e exclamativa de "pontos" de interrogação e de exclamação de pernas para o ar!
- 2- Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea. *Actas*. Coimbra 1968, p. 218-222 e 301-303. V. também *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se lhe Seguiu*. Volume organizado por Ivo Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria. Lisboa 1987, p. 180-183, 259, 265.
- 3- Refiro-me ao cansaço resultante da assinatura de tantos (des)acordos.
- 4- Paul Teyssier, *Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)*, Coimbra 1989, p.12.
